

A ANFOPE EM GOIÁS: RESGATE DA SUA PRODUÇÃO E O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UFG

ALMEIDA, Lorena Borges¹; **BARBOSA**, Ivone Garcia²

Palavras-chave: Formação de Professores; ANFOPE; Políticas Educacionais e projetos formativos na UFG.

1. JUSTIFICATIVA/ BASE TEÓRICA

O presente Relatório apresenta o resultado de nossa investigação ao longo do ano de 2005 sobre a temática formação de professores, destacando a articulação da produção da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação – Anfope em Goiás com as discussões sobre a formação de professores no âmbito da UFG. Importante destacar que a bolsista faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação com o projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, o qual tem entre os seus objetivos a construção de banco de dados e a discussão sobre a formação de professores para a educação infantil em Goiás.

A Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - Anfope, entidade de caráter político-acadêmico, nascida na década de 80 como Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (Conarcfe) “vem desempenhando uma atuação fundamental no debate e análise de políticas públicas e na construção-proposição de um projeto político-pedagógico no campo educacional” (ANFOPE, 2002, p.6). Desde seu *Primeiro Encontro Educacional*, acontecido em Belo Horizonte no ano de 1983, a entidade visou à construção de um projeto coletivo de formação dos profissionais da educação, firmando princípios gerais “que expressam o caráter de resistência e contraposição às ações impositivas que ainda dominam as políticas governamentais no campo da formação de professores no Brasil” (ANFOPE, 2002).

Historicamente, a Anfope vem defendendo a formação dos profissionais da educação reconhecendo a formação inicial e contínua como direito inalienável do professor. Essa luta acontece em defesa de uma *base comum nacional* colocando a docência como base da identidade profissional do educador.

A concepção de educador elaborada pela Anfope tem como ideal da formação desse profissional a *docência*, sendo essa a base da identidade do educador. Pensar assim é pensar o educador que domina o conhecimento específico de sua área e o articula ao conhecimento pedagógico numa perspectiva da totalidade do conhecimento socialmente produzido, compreendendo as relações – econômica, social, política e cultural – e atuando como agente de transformação da realidade na qual este se insere.

2. OBJETIVOS

No projeto apresentado à PROGRAD em 2005, delineamos inicialmente como objetivos da pesquisa: analisar a produção da Anfope em Goiás com suas contribuições na formação de professores na UFG, identificar as peculiaridades da organização da

Anfope em Goiás, conhecer projetos de formação que preparam professores para atuarem com crianças de 0 (zero) a 12 (doze) anos, resgatar e organizar um banco de dados sobre a produção da Anfope, e fazer entrevistas com componentes e membros da Anfope.

Analisamos, eu e minha orientadora, Prof^a.Dr^a. Ivone Garcia Barbosa, o projeto como um todo e reavaliados os passos a serem seguidos, destacando, para tanto alguns dos objetivos para essa fase inicial da pesquisa. Optamos, até o determinado momento, analisar documentos da Anfope Nacional e Estadual, destacando suas contribuições para formação de professores na UFG, identificando peculiaridades da sua organização em Goiás, realizando análise de artigos e documentos sobre formações de professores principalmente na UFG. Desse modo, propomos organizar um *Banco de Dados*, categorizando/catalogando inúmeros documentos nacionais e estaduais encontrados e analisados, tanto aqueles de origem pública como os de arquivo particular.

3. METODOLOGIA

A investigação histórico-documental não é uma tarefa fácil, sobretudo para quem inicia-se na pesquisa. No caso de nossa pesquisa, essa iniciação é ainda mais complexa quando se trata de manter um olhar ativo, arguto e sempre balizado pelo método dialético, que exige ler a parte na totalidade, ler o geral sempre com a atenção no específico. Trata-se de um exercício, de paciência e de sistematização constante. Por vezes a atenção tende a se dispersar, não se sabe por onde começar, então nos orienta por nossos objetivos: buscar informações sobre a Anfope em Goiás (sem esquecer de suas relações com a Anfope nacional) e buscar compreender a relação de sua produção com algumas discussões traçadas no âmbito da UFG, especificamente nos cursos de formação de professores.

Inicialmente, buscou-se atuar naquilo que definimos como “ato de garimpagem”, pois os documentos da Anfope em âmbito nacional são de domínio público – estão dispostos na Internet, são veiculados na Universidade, estão publicados e explicitados em várias fontes bibliográficas –, porém os documentos da Anfope em Goiás encontram-se dispersos, sendo que muitos documentos foram queimados, por engano, após o falecimento da professora Zilda Borges, professora da Universidade Católica de Goiás e que foi secretária da Anfope local. Assim, recorreremos a arquivos de particulares, pessoas ligadas ao movimento da Anfope, textos publicados que indicavam esse movimento e informações de nossa orientadora e de professores e alunos que conhecem a história.

Desse modo, podemos resumir alguns dos passos seguidos ao longo de nossa investigação:

- Pesquisa bibliográfica (livros e textos)
- Identificação/ organização de documentos e arquivos particulares e públicos (Criação de Banco de Dados)
- Leitura documental.
- Leitura e análise de periódicos.
- Leitura e análise de documentos da CONARCFE./ANFOPE Nacional e Estadual

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise dos documentos da Anfope percebemos que apontam diferentes propostas para a formação de professores, formação esta vista de um lado como um elemento impulsionador e realizador de um ideário que mantém a atual realidade; de outro como elemento que busca condições para a transformação da escola, da educação e da sociedade.

A Anfope no seu Documento Final (2000) explicita que os princípios norteadores da formação do profissional da educação, construídos historicamente pelo movimento, tem como princípio a formação contínua e fundamentada na concepção de educação como emancipação humana. Para tanto, considera-se que é necessário uma diretriz curricular que atenda à formação do professor na perspectiva da totalidade e que reforce a docência e a base comum de formação dos profissionais da educação.

Ao revisar e analisar documentos e periódicos produzidos no âmbito da UFG, pode-se constatar que as discussões sobre a formação de professores ainda têm muito para se concretizar. Trata-se de uma discussão que deve ser compreendida no âmbito dos debates nacionais, em que certamente a Anfope, assim como outras entidades organizadas (Forgrad, Anped, Anpae, Andes, entre outros) tiveram significativas contribuições.

Várias situações e fóruns de debates sobre a formação de professores foram constituídos na Universidade desde os anos 80. Assim, destacamos algumas delas, como a criação do *Fórum de Licenciatura* da Universidade Federal de Goiás, em 1992.

Surge a necessidade de rediscutir a formação de professores justamente pela maior preocupação dos cursos de licenciatura, revisando os currículos dos três níveis de ensino, com o objetivo de reformular a grade curricular.

Sobre o tema específico – as licenciaturas da UFG – foram apresentadas algumas considerações sobre problemas e perspectivas, que em resumo são: os cursos deveriam ter sua própria filosofia de atuação, definindo um perfil do educador, sendo este possuidor da compreensão sobre educação. Para tanto, sugere-se, ainda que haja o desenvolvimento na Universidade no processo de informação e discussão a respeito das licenciaturas; determina-se o entrosamento das Unidades responsáveis pelos cursos de licenciatura, preocupando-se com a formação do educador e não a do especialista; a integração das disciplinas pedagógicas e específicas nos cursos.

Desse modo, a relação aponta, a nosso ver, para a necessidade de construção de uma política de formação de professores na UFG.

Na época em que foram implantadas medidas básicas de uma política para licenciatura, entre as quais a criação do *Fórum de Licenciatura* (RESOLUÇÃO n.º36 – CCEP) entendeu-se que todos os cursos de licenciatura e não só os cursos de pedagogia, assumem a responsabilidade pela formação de professores na UFG.

Pode-se notar na leitura dos documentos que o Fórum de Licenciatura aborda uma discussão, um planejamento, entre outros aspectos a “Formação de Professores”.

Assim, “nunca é demais reafirmar que a licenciatura deve ser entendida na forma de um projeto institucional, que a priorize e a fortaleça, possibilitando o encontro de um projeto maior - o da cidadania” (FÓRUM DE LICENCIATURA, Caderno n° 1, p.37).

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho trouxe resultados parciais sobre nossos estudos e análises. Porém, considero, enquanto aluna de Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e sua Educação que a temática abordada nesse projeto é de relevância e suscita indagações importantes quanto ao papel social da Universidade na transformação da Educação Básica.

Podemos assumir que a pesquisa até o momento não foi suficiente para abarcar todas as análises necessárias sobre os cursos de licenciatura da UFG e compreender suas relações com o discurso e propostas da Anfope. Entretanto, a complexa rede de informações a que nos dedicamos desvendar e compreender, possibilitou-nos concluir que as políticas de formação de professores no Brasil possuem algo contraditório na sua real situação.

De um lado encontram-se os “movimentos de educadores” que lutam em prol de reformulações de cursos, visando, entre outros aspectos, uma melhor qualidade do ensino, a garantia do reconhecimento da profissionalização, a valorização da profissão do professor; suas experiências curriculares e melhores condições de trabalho. Isso tudo pensado tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

Por outro lado, percebemos a postura do Estado que controla todo esse processo. Para promover e incentivar a flexibilização dos cursos, o governo nos últimos 12 anos tem formulado discursos que atacam sobretudo as estruturas das Universidades públicas, formulando diretrizes gerais e específicas para os cursos de licenciatura; além disso indica, como não obrigatório, mas obriga as instituições e os professores da Educação Básica e do Ensino Superior a tomar como referência principal do seu trabalho os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outros tantos documentos e pacotes. De modo geral, as várias ações demonstram que há muita preocupação com uma formação para o mercado e pouca preocupação especificamente com a qualidade e a formação dos professores.

No que tange ao movimento dos educadores, este vem lutando por uma qualificada formação, bandeira representada pela Anfope - Associação Nacional pela Formação de Professores. Nesse processo, queremos destacar a participação fundamental dos educadores goianos, professores e estudantes da UFG, que contribuíram, segundo nossas leituras dos documentos e textos de diferentes autores, na constituição das lutas nacionais e indicações sobre as políticas de formação.

Professores da UFG e da Universidade Católica de Goiás têm composto a diretoria nacional da Anfope, na direção e representação estadual e regional¹, participando da produção de documentos locais e nacionais. Isso indica uma possibilidade de democratização das discussões promovidas no âmbito daquela Associação e da própria Universidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE. *Documento Final do X Encontro Nacional*. Brasília, DF, 2000.

_____. *Documento Final do XI Encontro Nacional*. Florianópolis, 2002

BARBOSA, I. G. *Reforma Universitária e formação de professores: aproximações*. Goiânia: FE, impresso, 2005.

CHAGAS, V. *Formação do magistério – novo sistema*. São Paulo: Atlas, 1976.

FORUM DE LICENCIATURAS. *Cadernos do Fórum de Licenciaturas*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1993, Caderno nº1.

FORUM DE LICENCIATURAS. *Cadernos do Fórum de Licenciaturas*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1994, Caderno nº2.

FORUM DE LICENCIATURAS. *Cadernos do Fórum de Licenciaturas*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1995, Caderno nº3.

¹ Destacamos aqui o nome dos professores: Iria Brezinsk (UCG), Ivone G. Barbosa (UFG), Marcos Antônio Soares (UFG), Marcos Loureiro (UFG), José Carlos Libâneo (UFG/UCG); Clélia Craveiro (UCG), entre outros, que assumiram em diferentes épocas a coordenação do movimento em Goiás.

FREITAS, H. Formação de profissionais da educação. In: CADERNO CEDES. *Educação e sociedade-formação de Profissionais da educação: políticas e tendências*. Campinas, SP: Cedes, 1999, n° 68.

_____. *Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação*. Campinas, SP: Cedes, 2002.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, P. A falsificação do consenso – simulacro e imposição na Reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

MARTINS, T. *Formação de professores e conjuntura política no Brasil*. Goiânia, impresso, 2005.

SCHEIBE, L. *Formação e identidade do pedagogo no Brasil*. Rio de Janeiro DP&A.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. m.; EVANGELISTA, O. *O que você precisa saber sobre política educacional*. Rio de Janeiro DP&A, 2002.

SILVA, C. S. B. da. *Curso de Pedagogia no Brasil – história e identidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FONTE DE FINANCIAMENTO – PROLICEN/UFG.

¹ Bolsista de iniciação científica do PROLICEN. Faculdade de Educação/UFG. lbagyn@yahoo.com.br

² Orientadora. Faculdade de Educação/UFG. garciasoares@cultura.com.br